



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA  
SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS  
**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS**

**71ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**2 DE DEZEMBRO DE 2016**

**ATA**

1 Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas e  
2 trinta minutos, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Marabá, Avenida Hiléia,  
3 S/N, Agrópolis do Incra, Marabá/PA, reuniu-se a Comissão Especial sobre Mortos e  
4 Desaparecidos Políticos, para a sua 71ª Reunião Ordinária. **Presentes:** Eugênia  
5 Augusta Gonzaga – *Presidente da Comissão Especial Sobre Mortos e*  
6 *Desaparecidos Políticos*; Diva Santana – Conselheira representante de familiares;  
7 Ivan Cláudio Marx – Conselheiro representante do Ministério Público Federal; Rosa  
8 Maria Cardoso da Cunha – Conselheira representante da sociedade civil; coronel  
9 João Batista Fagundes, Conselheiro representante do Ministério da Defesa; Samuel  
10 Teixeira Ferreira, Coordenador Científico da Comissão Especial sobre Mortos e  
11 Desaparecidos Políticos, Daniel Josef Lerner – Coordenador-Geral da Comissão  
12 Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; e Sávio Andrade, representante  
13 do Ministério da Defesa.

14 **Abertura.** A Presidente da Comissão abriu os trabalhos, agradeceu a presença de  
15 todos e afirmou considerar que a iniciativa de fazer reuniões em outros locais, não  
16 apenas em Brasília-DF, foi bem sucedida, conforme sugestão da conselheira Diva  
17 Santana. Os demais membros da CEMDP concordaram com a presidente e passou-  
18 se a uma rodada inicial, com falas de cada um dos presentes, com considerações  
19 gerais acerca dos trabalhos da Comissão no tocante à guerrilha do Araguaia.

20 A seguir, a presidente da CEMDP, Eugênia Augusta Gonzaga, informou que a Ata  
21 anterior, da 70ª Reunião Ordinária, havia sido encaminhada por e-mail, razão pela  
22 qual sugeriu que dispensassem a leitura da mesma, com o que os demais  
23 conselheiros concordaram (item 1 da Pauta).

24 Em seguida, a presidente sugeriu que, para dar maior transparência aos trabalhos  
25 da CEMDP, as Atas fossem disponibilizadas no site da Comissão, *online*, com o que

26 todos os membros concordaram (item 2.1 da Pauta). Em seguida, Eugênia indicou  
27 que a CEMDP passou a utilizar os procedimentos do SEI inclusive como meio de  
28 organizar a pauta das reuniões, organizando e sistematizando os encaminhamentos  
29 deliberados. A presidente da CEMDP informou (item 2.2) sobre o andamento do  
30 Grupo de Trabalho Perus (GTP), especialmente sobre os avanços para a futura  
31 assinatura de Carta Acordo com a Unifesp. A conselheira Diva Santana perguntou  
32 se havia alguma ossada que permitisse o envio imediato para a identificação, antes  
33 do que as outras, ao que o Coordenador Científico do GTP e da CEMDP, Samuel  
34 Teixeira Ferreira, esclareceu que estavam preparando o envio para o laboratório de  
35 uma quantidade (lote) maior de amostras. Sobre o orçamento da CEMDP (item 2.3),  
36 a presidente informou acerca das emendas parlamentares conseguidas pela  
37 Comissão, no valor total de R\$ 1,4 milhão para 2017. Destacou que a primeira  
38 iniciativa para obter recursos de emendas parlamentares foi do ex-coordenador de  
39 Memória e Verdade, Ivan Seixas, e que os valores obtidos serão destinados ao  
40 trabalho de identificação em Perus (GTP). A presidente esclareceu, ainda, que o  
41 orçamento anual da CEMDP, de R\$ 100 mil, R\$ 130 mil, foi ampliado para R\$ 300  
42 mil anuais, valor ainda aquém das necessidades da Comissão. Em seguida, Eugênia  
43 informou sobre a contratação de consultores pela CEMDP, como os que foram  
44 contratados para os produtos relacionados com o tema do Araguaia. (item 2.4 da  
45 Pauta), destacando o interesse na contratação de alguém para trabalhar  
46 especificamente com o tema das empresas privadas e o financiamento privado da  
47 ditadura militar. O conselheiro Ivan Marx lembrou da atuação e da participação do  
48 Ministério Público Federal (MPF) com o tema e a Conselheira Rosa Cardoso  
49 ressaltou o trabalho da Comissão Nacional da Verdade sobre o assunto,  
50 descrevendo haver material escrito e a constatação da inequívoca participação da  
51 empresa Volkswagen. A presidente da CEMDP Eugenia Gonzaga falou da intenção  
52 de contratar um consultor-pesquisador que trabalhe exclusivamente com esse tema,  
53 em São Paulo-SP, e que a Comissão Estadual da Verdade do Pará tem muitos  
54 documentos sobre a questão, um acervo riquíssimo que precisa ser conhecido pela  
55 CEMDP. A conselheira Diva Santana explicou que foi chamada a participar de várias  
56 etapas do trabalho da CEV-Pará e que foram ouvidas pessoas de várias cidades da  
57 região. A presidente da CEMDP perguntou se os membros estariam de acordo com  
58 a abertura dessa frente de pesquisa pela CEMDP, a das empresas privadas que  
59 financiaram a ditadura, com o que os membros concordaram unanimemente. A  
60 conselheira Rosa Cardoso, ressaltou a importância das empresas privadas no  
61 financiamento da ditadura militar, que não deve ser atribuída somente aos militares.

62 A conselheira Diva mencionou já haver iniciativas da Unifesp (Universidade Federal  
63 do Pará) nesse campo. A presidente da CEMDP exaltou a parceria com a  
64 Unifesp, que divulgou a audiência pública em seu *site* e cujo reitor, possivelmente,  
65 comparecerá à Audiência Pública das 14h. O representante do Ministério da Defesa,  
66 Sávio Andrade, mencionou o uso da expressão ditadura “civil-militar” pela Comissão  
67 Nacional da Verdade. A conselheira Rosa Cardoso mencionou que historiadores e  
68 pesquisadores importantes apontaram essa relação de proximidade e colaboração  
69 entre empresas privadas e a ditadura, como René Dreyfuss. A conselheira Diva  
70 Santana cumprimentou formalmente o representante do Ministério da Defesa, Sávio  
71 Andrade e o Coordenador-Geral da CEMDP, Daniel Josef Lerner. O Conselheiro  
72 João Batista Fagundes fez um elogio à atuação e *expertise* da conselheira Diva  
73 Santana, sublinhando o conhecimento aprofundado sobre o tema, a partir de  
74 experiência direta por parte de Diva. Diva agradeceu e registrou que o coronel  
75 sempre foi um bom parceiro de trabalho da Comissão e parabenizou-o pelo retorno  
76 às atividades. Ela afirmou que a Comissão deve “sair de Brasília, que os  
77 desaparecidos são pelo Brasil todo, do Oiapoque ao Chuí”. Mencionou o caso da  
78 mãe de Vandique, que está com Alzheimer, e que é mãe de dois desaparecidos  
79 políticos. A conselheira Diva ressaltou, ainda, que o trabalho da Comissão Especial  
80 sobre Mortos e Desaparecidos Políticos não é apenas de indenização, mas de  
81 reparação, em um sentido mais amplo. “É um trabalho de resgate da história, da  
82 memória”, complementou. Em seguida, Diva elogiou e cumprimentou o médico-  
83 perito Samuel Teixeira Ferreira. A presidente da CEMDP Eugenia cumprimentou a  
84 conselheira Diva pela manifestação. e elogiou a coragem dos familiares, afirmando  
85 que, na medida que vai conhecendo os casos, reconhece cada vez mais o valor e a  
86 coragem dos familiares. A conselheira Diva ressaltou a importância de religiosos na  
87 defesa do tema, inclusive na região do Araguaia. O conselheiro João Batista afirmou  
88 que Diva é um arquivo vivo, que não sabe as informações “de ouvir dizer”, mas de  
89 experiência própria, de campo. Em seguida, fez uma descrição acerca do militarismo  
90 brasileiro, citando exemplos e dizendo que em outros países “o militarismo é uma  
91 classe, mas não uma casta”. Em seguida, a presidente da CEMDP informou dos  
92 esforços para incorporar à equipe da CEMDP pessoa que trabalhou como consultora  
93 no Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), Shana Santos, para assumir futuro cargo à  
94 disposição da CEMDP (DAS 101.2), com o que os demais membros concordaram. O  
95 conselheiro Ivan Marx solicitou que, quando for coletado material genético de  
96 desaparecidos políticos cujos restos mortais possam estar fora do país, que os

97 respectivos familiares sejam informados de que os perfis genéticos poderão ser  
98 enviados aos países onde ocorreu o desaparecimento.

99 A presidente da Comissão descreveu brevemente a cooperação com o Conselho  
100 Federal de Psicologia (CFP), mencionando o trabalho com as Clínicas do  
101 Testemunho (item 2.5).

102 Acerca do Banco de DNA (item 2.6), Eugenia falou da coleta de DNA com 41  
103 famílias, no âmbito do Grupo de Trabalho Perus (GTP). Samuel Ferreira explicou  
104 alguns detalhes do trabalho de coleta e informou que em trabalho anterior 21  
105 famílias já haviam doado. Agora, entretanto, já há a doação de 74 familiares, com  
106 um protocolo novo, que observa padrões internacionais, inclusive com a assinatura  
107 TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Eugenia enalteceu a ajuda do  
108 médico-perito Samuel Teixeira Ferreira, que descreveu como essencial.

109 Em seguida, a presidente da CEMDP tratou de 3 casos ainda pendentes de  
110 pagamento por parte da Comissão (itens 2.7, 2.8 e 2.9), assunto prioritário e que  
111 quer resolver o quanto antes. Ficou preocupada com a demora excessiva na  
112 concessão da indenização aos familiares de Pedro Alexandrino (que está no Anexo  
113 da Lei nº 9.140/1995), de [REDACTED] e de  
114 João Bosco Penido Burnier.

115 Em seguida, Daniel Lerner deu um informe breve sobre o caso de João Leonardo da  
116 Silva Rocha, compartilhando as informações recebidas pela CEMDP e pela  
117 Comissão Nacional da Verdade. Esclareceu já haver um procedimento no SEI que  
118 conta com ficha *antemortem* preparada pela consultora Marcia L Hattori (item 2.10).

119 A presidente da CEMDP Eugênia Gonzaga informou sobre o envio do caso da morte  
120 de Anísio Teixeira ao MPF-DF, em novembro de 2016, com representação pela  
121 apuração formalizada pela CEMDP (item 2.11).

122 Sobre a indicação de familiares a serem contatados pela Comissão (item 3), Diva  
123 Santana mencionou os familiares de Vandique, que disponibilizará à secretaria da  
124 Comissão.

125 Passando a outros informes (item 4), Eugênia falou do avanço das tratativas com o  
126 ICMP, laboratório na Bósnia para identificação de pessoas desaparecidas, que  
127 deverá fazer a análise de ossadas do cemitério de Perus-SP. A conselheira Diva  
128 Santana mencionou a existência de uma nova composição na Comissão de Anistia e  
129 que teve contato com o seu novo presidente, Almino Affonso. A conselheira Rosa  
130 Cardoso lembrou que Almino Affonso fez parte da Comissão da Verdade do Chile,  
131 de uma das três Comissões da Verdade daquele país.

132 A presidente da CEMDP mencionou a importância de constituir uma equipe para  
133 trabalhar no cemitério Jardim da Saudade, em Marabá-PA, visitado em 01/12/2016,  
134 dia anterior à reunião. Mencionou brevemente a decisão da CIDH e as obrigações  
135 da CEMDP, ressaltando haver uma confusão entre CEMDP e GTA, o que ficou  
136 evidente na manifestação do representante do MPF Felipe Fritz, na ação da 1ª Vara  
137 Federal de Brasília-DF.

138 Os membros mencionaram a necessidade do Estado brasileiro prover a CEMDP de  
139 meios adequados para que possa cumprir a decisão da CIDH. Eugênia falou da  
140 chegada e da importância dos novos procuradores do MPF em Marabá-PA. Os  
141 conselheiros teceram considerações acerca da atuação do MPF e do Grupo de  
142 Trabalho Justiça de Transição, comentando a importância da CEMDP trabalhar de  
143 maneira integrada com esse grupo.

144 **Encerramento.** A presidente da CEMDP, Eugênia Augusta Gonzaga, agradeceu a  
145 presença de todas e de todos e encerrou a reunião para que os membros pudessem  
146 participar pontualmente da Audiência Pública, às 14h do mesmo dia.